CONTRATO N.º 158/2023

CONTRATO PARA “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO V, POR LOTES”

Considerando que o Reitor da Universidade do Algarve, Professor Doutor Paulo Manuel Roque Águas, ao abrigo da Delegação de Competências da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos termos do Despacho n.º 7058/2022, publicado no Diário da República, 2ª série, N.º 107, de 02 de junho de 2022:

- a) Autorizou por despacho de 26 de julho de 2023, a realização do procedimento de Concurso Público Internacional n.º 25-2023 UALG, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.
- b) Proferiu a decisão de adjudicação a 21 de outubro de 2023;
- c) Aprovou a minuta relativa ao presente Contrato a 21 de outubro de 2023.

A **UNIVERSIDADE DO ALGARVE**, pessoa coletiva de direito público, com o número de identificação fiscal 505 387 271, com sede no Campus da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, representada pelo Reitor, Professor Doutor Paulo Manuel Roque Águas, habilitado para a celebração do presente Contrato através do disposto no Despacho n.º 7058/2022, da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no Diário da República, 2ª série, N.º 107, de 02 de junho de 2022, adiante designada por Primeira Outorgante e a

VISUALFORMA – TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A., pessoa coletiva de direito privado, com o número de identificação fiscal 503 536 717, matriculada na Conservatória de Registo Comercial do Faro, com sede em Visualforma Business Center, Estrada Nacional 125, Sítio das Figuras, 8000-145 Faro, representada por Humberto Jorge da Silva Bento, titular do Cartão de Cidadão N.º _____ com domicílio profissional em Visualforma Business Center, Estrada Nacional 125, Sítio das Figuras, 8000-145 Faro, na qualidade de representante legal com poderes para o ato, adiante designada por Segunda Outorgante.

Celebram o presente Contrato, o qual se regerá de acordo e nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do Contrato

O presente Contrato tem por objeto a Aquisição de Equipamento Informático, referente aos Lotes 12 e 13 do Concurso Público Internacional N.º 25-2023 UALG, conforme Especificações Técnicas constantes do Anexo I do Caderno de Encargos e de acordo com a Proposta Adjudicada.

Cláusula 2.ª

Conteúdo do Contrato

- 1- O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2- O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O Caderno de Encargos;
 - b) A Proposta Adjudicada;
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela Segunda Outorgante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos define-se como gestor do presente Contrato, por parte da Primeira Outorgante, _____, cujo e-mail é: _____

Cláusula 4.ª

Preço contratual

- 1- Pela aquisição dos bens previstos na cláusula n.º 1, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante o preço de € 33.926,83 (trinta e três mil novecentos e vinte seis euros, oitenta e três cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal, no valor de € 7.803,17 (sete mil oitocentos e três euros e dezassete cêntimos), totalizando € 41.730,00 (quarenta e um mil setecentos e trinta euros).
- 2- O valor referido no número anterior, inclui ainda todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Primeira Outorgante, designadamente as despesas de alojamento e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte,

armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

- 3- O preço não será sujeito a qualquer atualização, variação ou alteração até ao termo da vigência do Contrato.

Cláusula 5.ª

Condições de Pagamento

- 1- A Primeira Outorgante é exclusivamente responsável pelo pagamento do preço dos fornecimentos que lhes sejam efetuados.
- 2- O preço dos fornecimentos a prestar à Primeira Outorgante é o que resultar do disposto no Caderno de Encargos e da Proposta Apresentada pela Segunda Outorgante.
- 3- As quantias devidas pela Primeira Outorgante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção pela Primeira Outorgante das respetivas faturas, nos termos do n.º 4 do artigo 299.º do CCP, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 4- A Primeira Outorgante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o Contrato ou o Caderno de Encargos.
- 5- Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 6- As faturas deverão ser emitidas em nome da Primeira Outorgante, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar:
 - a) Número do Contrato;
 - b) Número da nota de encomenda/compromisso;
 - c) Descrição dos bens fornecidos;
 - d) Valor respetivo dos bens, com discriminação das respetivas taxas praticadas.
- 7- A faturação está sujeita ao disposto no artigo 299.º B do Código dos Contratos Públicos.
- 8- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 6.ª

Prazo do Contrato

O Contrato produz efeitos, vinculando as partes, até à conclusão do fornecimento dos bens adjudicados em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das

obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, nomeadamente a garantia dos bens.

Cláusula 7.ª

Prazo de Fornecimento

A Segunda Outorgante obriga-se a fornecer os bens objeto do presente Contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da celebração do Contrato.

Cláusula 8.ª

Obrigações principais da Segunda Outorgante

- 1- A Segunda Outorgante obriga-se a executar o objeto do Contrato com absoluta subordinação aos princípios de ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo com a adjudicação.
- 2- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas do Contrato, decorre para a Segunda Outorgante a obrigação de fornecer os bens de acordo com as condições de fornecimento definidas no Caderno de Encargos.
- 3- Constituem ainda obrigações da Segunda Outorgante:
 - a) Fornecer os bens conforme os requisitos técnicos, funcionais e ambientais mínimos, níveis de serviço e condições do fornecimento definidos no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - b) Obrigação de prestar assistência técnica a todos os equipamentos sem quaisquer encargos adicionais para a Primeira Outorgante, com as deslocações ou mão-de-obra, durante o prazo da garantia;
 - c) Fornecer os equipamentos adjudicados, que lhe forem solicitados, nas instalações da Primeira Outorgante, a indicar oportunamente na nota de encomenda, no prazo de 30 (trinta) dias;
 - d) Comunicar antecipadamente à Primeira Outorgante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do Contrato celebrado com a Primeira Outorgante;
 - e) Não alterar as condições do fornecimento dos bens previstos no Caderno de Encargos;
 - f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

Cláusula 9.ª

Conformidade e garantia técnica

Os bens objeto do Contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

Cláusula 10.ª

Dever de Sigilo

- 1- A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do Contrato.
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4- O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos à Primeira Outorgante.
- 5- A atividade desenvolvida pela Segunda Outorgante e respetivos empregados ou colaboradores, no âmbito do presente procedimento, independentemente do vínculo contratual que possuam com a Segunda Outorgante, encontra-se sujeita à aplicação do RGPD e legislação conexas.

Cláusula 11.ª

Penalidades Contratuais

- 1- Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a Primeira Outorgante pode exigir da Segunda Outorgante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos de resposta, até 10% do preço contratual;

- b) Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento da obrigação das demais obrigações emergentes do Caderno de Encargos até 5% do preço contratual;
- 2- Em caso de resolução do Contrato por incumprimento da Segunda Outorgante, a Primeira Outorgante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
 - 3- Em caso de resolução do Contrato por incumprimento da Segunda Outorgante, a Primeira Outorgante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço executado.
 - 4- Na determinação da gravidade do incumprimento, a Primeira Outorgante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da Segunda Outorgante e as consequências do incumprimento.
 - 5- A Primeira Outorgante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 - 6- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Primeira Outorgante exija uma indemnização pelos danos correspondentes.

Cláusula 12.^a

Resolução de litígios e foro competente

- 1- Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, ambas as partes outorgantes estão de acordo em procurar dirimir amigavelmente todas as divergências respeitantes ao Contrato.

Cláusula 13.^a

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados.
- 2- Quaisquer alterações nos endereços/contactos das partes, devem ser comunicadas à outra parte, por escrito e com aviso de receção.

Cláusula 14.^a

Financiamento

A despesa inerente ao presente Contrato, no valor de € 41.730,00 (quarenta e um mil setecentos e trinta euros) com IVA incluído, será suportada por verbas inscritas nas classificações orgânicas 0110201,

0110113 e 0110601; rubrica de classificação económica 070107BOAO e Fontes de Financiamento 513 e 522.

O presente procedimento tem os compromissos 7844, 7847 e 7849, datados de 19 de outubro de 2023.

Cláusula 15.ª

Visto do Tribunal de Contas

Este Contrato está isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que altera o artigo 48º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

Cláusula 16.ª

Direito Aplicável

Em tudo o que não se encontre expressamente previsto nas cláusulas deste Contrato e anexos dele considerados parte integrante, aplicam-se as disposições constantes do CCP e restante legislação aplicável.

Cláusula 17.ª

Segurança e Proteção de Dados

Caso realize alguma operação de tratamento de dados pessoais no âmbito do objeto deste procedimento, a Segunda Outorgante obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018, aceitando expressamente regular esta questão conforme estabelecido no Anexo «Conformidade com o RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados» que se segue:

ANEXO ÚNICO

CONFORMIDADE COM O RGPD

REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS

Introdução. Definições no quadro do RGPD e da LPDP

1. NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Toda e qualquer norma jurídica aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais e da segurança da informação pessoal, seja de carácter internacional ou comunitário, seja de carácter nacional, tal como, designadamente, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a Lei de Proteção de Dados Pessoais e outra Legislação Complementar vigente no ordenamento jurídico.

2. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

«Responsável pelo tratamento», a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

3. SUBCONTRATANTE

«Subcontratante», uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Artigo 1.º

(Conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

1. Cada uma das Partes deve atuar em conformidade com todas as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, normas essas designadas doravante por NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, cumprindo com as respetivas obrigações.
2. A NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS abrange todo e qualquer tipo de norma vigente e aplicável no ordenamento jurídico nacional bem como toda e qualquer interpretação ou decisão de uma entidade administrativa ou jurisdicional nas referidas matérias e toda e qualquer recomendação, código de conduta ou mecanismo de certificação vigente e aplicável emitido por uma autoridade de supervisão.

Artigo 2.º

(Responsável pelo tratamento e subcontratante)

No âmbito do Contrato celebrado entre a Universidade do Algarve e a Visualforma - Tecnologias de Informação, S.A., ambas as partes acordam que, em matérias de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, a Universidade do Algarve será a entidade responsável pelo tratamento e a Visualforma - Tecnologias de Informação, S.A., será a SUBCONTRATANTE, de acordo com as definições e os termos gerais constantes da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Artigo 3.º

(Medidas técnicas e organizativas)

A SUBCONTRATANTE deve implementar e executar as medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, assegurando a defesa dos direitos do titular dos dados e assumindo os custos pela implementação dessas medidas, como partes integrantes dos serviços objeto do Contrato.

Artigo 4.º

(Sub-subcontratação)

1. A SUBCONTRATANTE não está autorizada a contratar outro subcontratante sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral.
2. Existindo uma autorização geral por escrito, a SUBCONTRATANTE deve informar a responsável pelo tratamento de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, dando assim à responsável pelo tratamento a oportunidade de se opor a tais alterações.
3. Se a SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas neste contrato, devendo obter garantias por parte deste de que cumprirá as obrigações da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.
4. Se a SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, e se esse outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o subcontratante inicial continua a ser plenamente responsável, perante o responsável pelo tratamento, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.
5. Se a SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta do responsável pelo tratamento, o contrato deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

Artigo 5.º

(Termos de vinculação)

O tratamento de dados pessoais no âmbito das relações de subcontratação entre as partes é regulado por este contrato, ficando a SUBCONTRATANTE vinculada à responsável pelo tratamento nos termos estabelecidos no Apêndice quanto ao objeto e à duração do tratamento, à natureza e finalidade do tratamento, ao tipo de dados pessoais e às categorias dos titulares dos dados, e às obrigações e direitos do responsável pelo tratamento.

Artigo 6.º

(Tratamento segundo instruções)

1. A SUBCONTRATANTE trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da responsável pelo tratamento.

2. O tratamento a efetuar pela SUBCONTRATANTE deve ser realizado nos termos definidos no Apêndice [Condições Contratuais do Tratamento de Dados], de acordo com as revisões e atualizações periódicas, por escrito, de que este seja objeto, bem como outro qualquer tratamento que venha a ser notificado pela Universidade do Algarve à SUBCONTRATANTE, no âmbito do contrato.

Artigo 7.º

(Circulação e transferência de dados pessoais)

A SUBCONTRATANTE não está autorizada, sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral e, neste caso, cumpridas que sejam as respetivas instruções, a proceder à transferência de dados pessoais para entidades terceiras, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigada a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeita, informando nesse caso a responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

Artigo 8.º

(Compromisso de confidencialidade)

A SUBCONTRATANTE deve assegurar que os colaboradores, trabalhadores ou pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

Artigo 9.º

(Medidas de segurança)

1. A SUBCONTRATANTE deve adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
2. Entre outras, a SUBCONTRATANTE deve aplicar as seguintes medidas, consoante o que for adequado:
 - a) medidas de pseudonimização e de cifragem dos dados pessoais;
 - b) medidas para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - c) medidas para restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;
 - d) processos para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.

3. A SUBCONTRATANTE deve proceder à avaliação da adequação do nível de segurança, devendo ter em conta, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento de dados que esteja a realizar.

4. A SUBCONTRATANTE deve proceder à implementação de todas as medidas necessárias para prevenir a destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, a divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento no âmbito deste contrato.

Artigo 10.º

(Conformidade dos colaboradores ou trabalhadores)

1. A SUBCONTRATANTE é responsável por garantir a conformidade da atividade de todos os seus colaboradores ou trabalhadores com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. A SUBCONTRATANTE deve garantir a implementação das medidas de segurança necessárias à respetiva conformidade, estando obrigada a celebrar acordos de confidencialidade enquadrados em contratos escritos com esses colaboradores ou trabalhadores.

3. Sempre que seja necessário para a realização de operações de tratamento de dados pessoais inerentes a este contrato, a SUBCONTRATANTE garante o consentimento, nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, de todos os seus colaboradores ou trabalhadores.

4. A SUBCONTRATANTE deve adotar as medidas consideradas adequadas para garantir a fiabilidade do tratamento dos dados pessoais pelos seus colaboradores e trabalhadores, sendo responsável em proceder à formação adequada destes para garantia da atividade em conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Artigo 11.º

(Assistência à responsável pelo tratamento)

1. Assistência na resposta ao exercício dos direitos dos titulares:

Tendo em conta a natureza do tratamento, a SUBCONTRATANTE presta assistência à responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos em matéria de proteção de dados pessoais previstos na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, registando e notificando à responsável pelo tratamento, no prazo de dois dias úteis, quer todos os pedidos dos titulares dos dados pessoais, quer as reclamações ou quaisquer outros pedidos relacionados com as obrigações das partes em matéria de conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. Assistência nas notificações ou comunicações de violação de incidentes de dados pessoais:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, a SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de notificações ou comunicações de violação de dados pessoais.

3. Assistência na realização de avaliações de impacto:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, a SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais.

4. Assistência na realização de consultas prévias:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, a SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de consultas prévias às autoridades de supervisão.

Artigo 12.º

(Conservação dos dados)

1. A SUBCONTRATANTE deve cumprir com os prazos exigidos pela NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS para conservação dos dados pessoais, devendo seguir as instruções gerais ou especiais da responsável pelo tratamento nessa matéria.

2. Consoante a escolha da responsável pelo tratamento, a SUBCONTRATANTE deve apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.

Artigo 13.º

(Dever de prestar informações)

1. A SUBCONTRATANTE deve disponibilizar à responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação.

2. Em especial, a SUBCONTRATANTE deve informar imediatamente a responsável pelo tratamento se, no seu entender, alguma instrução violar o presente regulamento ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

Artigo 14.º

(Auditorias e inspeções)

A SUBCONTRATANTE deve permitir ou facilitar todas as auditorias ou inspeções, conduzidas pela responsável pelo tratamento ou por outro auditor por esta mandatado, que sejam consideradas necessárias no âmbito deste contrato, assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos custos acrescidos associados a essas auditorias ou inspeções sempre que sejam detetadas desconformidades da sua exclusiva responsabilidade.

Artigo 15.º

(Tratamento sob a autoridade da responsável pelo tratamento)

A SUBCONTRATANTE ou qualquer pessoa que, agindo sob a sua autoridade, tenha acesso a dados pessoais, não procede ao tratamento desses dados exceto por instrução da responsável pelo tratamento, salvo se a tal for obrigado por força do direito da União ou dos Estados-Membros.

Artigo 16.º

(Registos das atividades de tratamento)

1. A SUBCONTRATANTE e, sendo caso disso, os seus representantes ou subcontratantes, deve conservar um registo de todas as categorias de atividades de tratamento realizadas em nome e por conta da responsável pelo tratamento.

2. Deste registo deverá constar:

a) O nome e contactos da SUBCONTRATANTE ou subcontratantes, bem como, sendo caso disso do representante da responsável pelo tratamento ou do subcontratante e do encarregado da proteção de dados;

b) As categorias de tratamentos de dados pessoais efetuados em nome de cada responsável pelo tratamento;

c) Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, incluindo a identificação desses países terceiros ou organizações internacionais e, no caso das transferências referidas no artigo 49.º, n.º 1, segundo parágrafo, do RGPD, a documentação que comprove a existência das garantias adequadas;

d) Se possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança referidas no artigo 32.º, n.º 1, do RGPD.

3. O registo é efetuado por escrito, incluindo em formato eletrónico.

4. A SUBCONTRATANTE e, caso existam, os seus subcontratantes devem disponibilizar, a pedido, o registo à responsável pelo tratamento bem com à autoridade de controlo nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Artigo 17.º

(Dever de cooperação)

A SUBCONTRATANTE deve cooperar com a responsável pelo tratamento sempre que haja necessidade de proceder a respostas aos pedidos da autoridade de controlo, no âmbito da prossecução das suas atribuições.

Artigo 18.º

(Dever de notificação de uma violação de dados pessoais)

1. A SUBCONTRATANTE deve implementar um sistema de gestão de incidentes em matéria de dados pessoais e de segurança da informação.
2. Em caso de violação de dados pessoais, a SUBCONTRATANTE deve notificar desse facto a responsável pelo tratamento, sem demora injustificada e, sempre que possível, até 12 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação dos dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
3. Se a notificação não for transmitida no prazo de 12 horas, deve ser acompanhada dos motivos do atraso.
4. A notificação referida deve, pelo menos:
 - a) Descrever a natureza da violação dos dados pessoais incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;
 - b) Comunicar o nome e os contactos do encarregado da proteção de dados ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações;
 - c) Descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais;
 - d) Descrever as medidas adotadas ou propostas pela SUBCONTRATANTE para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;
5. Caso, e na medida em que não seja possível fornecer todas as informações ao mesmo tempo, estas podem ser fornecidas por fases, sem demora injustificada.
6. A SUBCONTRATANTE deve documentar quaisquer violações de dados pessoais, compreendendo os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos e a medida de reparação adotada, disponibilizando essa documentação à responsável pelo tratamento.

Artigo 19.º

(Responsabilidade e indemnizações)

A SUBCONTRATANTE deve indemnizar a responsável pelo tratamento por quaisquer danos causados resultantes de dados pessoais, pela sua atuação ou pela atuação de um qualquer seu subcontratado,

quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos deste contrato, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Artigo 20.º

(Gabinete de Proteção de Dados)

Para o exercício de qualquer tipo de direitos de proteção de dados e de privacidade ou para qualquer assunto referente aos temas da proteção de dados, privacidade e segurança da informação, os Utilizadores, Destinatários do serviço e Clientes ou Subcontratantes da Universidade do Algarve podem entrar em contacto com o Gabinete de Proteção de Dados através do correio eletrónico rgpd@ualg.pt, descrevendo o assunto do pedido e indicando um endereço de correio eletrónico, um endereço de contacto telefónico ou um endereço de correspondência para resposta.

APÊNDICE

CONDIÇÕES CONTRATUAIS DE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

1. Objeto do Tratamento

Operações de tratamento de dados pessoais necessárias à Aquisição de Equipamento Informático, por lotes, entre a Universidade do Algarve e a Visualforma - Tecnologias de Informação, S.A., celebrado em [LOCAL], em [DATA] (doravante o Contrato).

2. Duração do Tratamento

Duração do tratamento enquanto o Contrato entre a Universidade do Algarve e a Visualforma - Tecnologias de Informação, S.A., estiver em vigor.

3. Natureza e Finalidade do Tratamento

Operações de tratamento de dados pessoais realizadas para prossecução das seguintes finalidades contratuais: Aquisição de Equipamento Informático, por lotes, com as funcionalidades descritas nas especificações técnicas do Caderno de Encargos.

4. Tipos de Dados Pessoais

Todos os tipos de dados que sejam considerados dados pessoais nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

5. Categorias dos Titulares dos Dados

Operações de tratamento de dados pessoais realizadas sobre as seguintes categorias: Aquisição de Equipamento Informático, por lotes, com as funcionalidades descritas nas especificações técnicas do Caderno de Encargos.

6. Instruções de Tratamento

A Visualforma - Tecnologias de Informação, S.A., deve implementar e executar todas as medidas de segurança que sejam consideradas adequadas para garantir a proteção dos dados pessoais, comprometendo-se em particular a:

- a) Impedir o acesso de pessoas não autorizadas ao equipamento utilizado para o tratamento;
- b) Impedir que os suportes de dados sejam lidos, copiados, alterados ou retirados sem autorização;
- c) Impedir a introdução não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer inspeção, alteração ou apagamento não autorizados de dados pessoais conservados;
- d) Impedir que os sistemas de tratamento automatizado sejam utilizados por pessoas não autorizadas por meio de equipamento de comunicação de dados;
- e) Assegurar que as pessoas autorizadas a utilizar um sistema de tratamento automatizado só tenham acesso aos dados pessoais abrangidos pela sua autorização de acesso;
- f) Assegurar que possa ser verificado e determinado a organismos que os dados pessoais foram ou podem ser transmitidos ou facultados utilizando equipamento de comunicação de dados;
- g) Assegurar que possa ser verificado e determinado a posteriori quais os dados pessoais introduzidos nos sistemas de tratamento automatizado, quando e por quem;
- h) Impedir que, durante as transferências de dados pessoais ou o transporte de suportes de dados, os dados pessoais possam ser lidos, copiados, alterados ou suprimidos sem autorização;
- i) Assegurar que os sistemas utilizados possam ser restaurados em caso de interrupção;
- j) Assegurar que as funções do sistema funcionem, que os erros de funcionamento sejam assinalados (fiabilidade);
- k) Assegurar que os dados pessoais conservados não possam ser falseados por um disfuncionamento do sistema;
- l) Assegurar a encriptação de todos os dados pessoais que estiverem armazenados ou transferidos num ambiente sem controlo físico ou fora do sistema de controlo de acesso físico ou lógico; e,
- m) Proceder à transmissão de informação de ficheiros via SFTP, serviços web ou correio eletrónico encriptado com palavra-chave.

Para além destas condições gerais, são aplicáveis todas as medidas que estão previstas no Contrato ou em outros instrumentos contratuais celebrados entre as partes para efeitos de tratamento de dados pessoais.

A Segunda Outorgante fez prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos e por contribuições para a Segurança Social.

Fazem parte do Contrato as Especificações Técnicas contempladas no presente procedimento concursal.

Este Contrato foi elaborado em duplicado, em 17 (dezassete) folhas de papel branco, que pelas Outorgantes vão ser assinadas, sendo um exemplar para cada uma das partes.

Produz efeitos a partir da data da última assinatura.

Primeira Outorgante

Universidade do Algarve

O Reitor

Paulo
Manuel
Roque
Águas

Assinado de forma
digital por Paulo
Manuel Roque
Águas
Dados: 2023.10.31
18:14:20 Z

(Paulo Manuel Roque Águas)

Segunda Outorgante

Visualforma - Tecnologias de Informação, S.A.

O Representante Legal

HUMBERTO
JORGE DA
SILVA BENTO

Assinado de forma
digital por HUMBERTO
JORGE DA SILVA BENTO
Dados: 2023.11.02
10:29:11 Z

(Humberto Jorge da Silva Bento)

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O objeto deste procedimento é a aquisição de diverso equipamento informático, por lotes, conforme características abaixo discriminadas:

Lote	Designação	Características	Quant.
1	Computadores Desktop - Tipo I	Computador desktop HP-i7 12700/RTX 3060, ou equivalente, com as seguintes características: 12GB/32Gb RAM; Disco SSD 512GB; Windows 11 Home;	2

Lote	Designação	Características	Quant.
2	Monitores - Tipo I	Monitor HP 28 polegadas, U28 4K IPS, ou equivalente	3
		Monitor VIEWSONIC VX2718-2KPC-MHD LED, ou equivalente, com ecrã de 27 polegadas curvo; 165Hz QuadHD Gaming 165Hz 1ms FreeSync 2xHDMI + 1xDP + Colunas de som integradas. Inclui cabo HDMI de 1,5 metros	10
		Monitor LG 32UN500-W, ou equivalente, com ecrã LED IPS UltraHD 4K FreeSync de 31,5 polegadas	1
		Monitor ASUS TUF Gaming VG27AQ, ou equivalente, com as seguintes características: 27" WQHD (2560x1440), IPS, 165Hz; Dimensão do Painel (polegadas): 27; Relação de aspeto:16:09; Tipo do Painel: IPS; Ângulo de Visualização (CR $\geq$ 10):178°/178°; Espaçamento entre Pixéis: 0.233mm; Resolução:2560x1440; Espaço de Cores (sRGB): 100%; Brilho (Típico): 350cd/m ² ; Relação de Contraste (Típica): 1200:01:00; Cores Exibidas: 16.7M; Tempo de Resposta: 1ms MPRT; Velocidade de Atualização (Max):Máx. 165Hz; HDR (High Dynamic Range) Support : HDR10; DisplayPort 1.2 x 1 HDMI(v2.0) x 2 Ficha para Auscultadores: Sim; Frequência do Sinal Digital: DisplayPort: 30 ~243 KHz (H) /48 ~165 Hz(V) HDMI: 30 ~230 KHz (H) /48 ~144 Hz(V); Tilt:Sim (+35° ~ -5°); Swivel : Yes (+90° ~ -90°); Pivot : Yes (0° ~ 90° Counterclockwise); Ajuste de altura: Sim; Cabo DisplayPort	2
		Monitor de 24 polegadas ASUS VA249HE FHD VA HDMI 60Hz preto, ou equivalente	2

Lote	Designação	Características	Quant.
3	Computadores Desktop - Tipo II	Computador desktop ASUS Expertcenter D700SD_CZ-512400012W SFF ou equivalente; com as seguintes características: Processador i5-12400, 16Gb; Disco 512Gb PCIE G3 SSD; Windows 11	2

Lote	Designação	Características	Quant.
4	Computador Portátil - Tipo I	Computador Portátil NB ASUS Expertbook B1500, ou equivalente i5-1135G7 8Gb DDR4, 256 Gb SSD, 15.6P FHD 250NITS IRIS XE WIN11PRO 3 ANOS	1

Lote	Designação	Características	Quant.
5	Computador Portátil - Tipo II	Computador portátil Gaming ASUS ZEPHYRUS:14 R7, pu equivalente com 16Gb RAM; Disco SSD 1Tb	1

Lote	Designação	Características	Quant.
6	Disco Externo	Disco NAS Externo Western Digital My Cloud Mirror Home (8 Tb), ou equivalente	1

Lote	Designação	Características	Quant.
7	Computadores Desktop - Tipo III	Mac Studio Processador M1 Max da Apple, ou equivalente, CPU 10 core, GPU 24 core e Neural Engine 16 core, 64Gb de memória unificada, 1 Tb de armazenamento SSD, com Studio Display vidro padrão, suporte para ajuste de inclinação e Magic Keyboard com Touch ID e teclado numérico português, teclas pretas	1

Lote 8 – Videoprojetores	
4 Unidades	
Modelo EB-FH52 ou equivalente, com as seguintes características:	
Tipo de dispositivo	projetores LCD - 1080p
Dispositivos Integrados	Altifalante
Rede	802.11b/g/n
Brilho (Branco)	>=4000 lumens
Brilho (Reduzido)	>=2400 lumens
Relação de Contraste mínima	16000:1 (dinâmico)
Tamanho da imagem	76 cm - 762 cm
Distância da projecção	1.76 m - 2.86 m
Taxa de Alcance	1.32 - 2.14:1
Resolução	Full HD - Full HD (1920 x 1080)
Percentagem de Aspecto Básico	16:9
Suporte de Cor	1,07 biliões de cores
Taxa de sincronização máxima (V x A)	240 Hz
Tipo de lâmpada	UHE 230 Watt
Ciclo de vida da lâmpada	Até 5500 hora(s) - modo normal
	Até 12000 hora(s) - modo de economia
Recursos	Modo Blackboard
	Crystal Clear Fine (C2 Fine)
	Split Screen
	Direct Power On
	Direct Power Off
	Modo Dinâmico
	USB Display
	AMX Control System

	compatível com câmara de documentos
	Presentation Mode
	Cinema Mode
	obturador de cristal líquido RGB
Tipo de Foco	Manual
Abertura das lentes	F/1.51-1.99
Tipo de Zoom	Manual
Factor de zoom	1.6x
Direcção de Correção Trapezoidal	Horizontal,vertical
Correcção Vertical Trapezoidal	-30 / +30
Correcção Horizontal Trapezoidal	-30 / +30
Interfaces de Vídeo	VGA,HDMI,composite video
Protocolos de Transferência de Imagem LAN e Sem Fios	IEEE 802.11b, IEEE 802.11g, IEEE 802.11n, Miracast
Altifalantes	Integrado
Canal / potência de saída	16 Watt
Interfaces	1 x entrada VGA - HD D-Sub (HD-15) de 15 pinos 2 x entrada HDMI - HDMI Tipo A 19 pinos 1 x USB 2.0 - Tipo A USB 4 pinos 1 x USB 2.0 - USB Tipo B de 4 pinos 1 x linha de escuta – RCA x 2 1 x entrada composta vídeo – RCA
Acessórios incluídos	Controlo remoto sem fios,unidade LAN sem fios,bateria para controlo remoto
Recursos de segurança	Slot de fecho de segurança (fecho de cabo vendido separadamente), proteção de senha, orifício de cabo de segurança
Fonte de Alimentação	AC 120/230 V (50 - 60 Hz)
Consumo máximo de potência em modo operacional	327 Watt

Peso max	3.2 kg
Emissão sonora	<= 37 dBA
Emissão de Som (Modo Económico)	<= 28 dBA

Lote 9 – Computadores Desktop – Tipo IV	
8 Unidades	
Modelo D700SC, ou equivalente, com as seguintes características	
Características	
Modelo	D700SC ou equivalente
Tipologia	Small Form Factor com máxima dimensão 09.46 x 29.26 x 33.96 cm
Processador	Intel i5-10500 3.1Ghz, 12M cache, 6 cores ou superior
RAM	16GB DDR4 U-Dimm ou superior expansível a 128GB
SSD	512GB M.2 NVMe PCIe 3.0 SSDF
LAN	Intel WGI219V 10/100/1000 GbE, non-vPro
Áudio	High Definition 7.1 Channel Audio
Wireless	Wi-Fi 5 (802.11ac) + Bluetooth 5.1 dual band
Fonte alimentação	300w 80+ Platinum, peak 390W
Portas traseiras	1x RJ45 Gigabit Ethernet 1x HDMI 1.4 1x VGA 1x Display port 1.2 2x PS2 3x Audio Jacks 4x USB 2.0 Type-A
Portas Dianteiras	1x Headphone 1x 3.5mm combo audio jack 2x USB 2.0 Type-A 1x USB 3.2 Gen 2 Type-C

	2x USB 3.2 Gen 1 Type-A 2x USB 3.2 Gen 2 Type-A Housing
Baias de drives	1x 2.5" e 1x 3.5"
Serial ATA	3x SATA 6.0Gb/s
Dimensões (WxDxH)	09.46 x 29.26 x 33.96 cm
Peso	5kg
Funcionalidades	Diagnóstico de sistema, Profile de FAN, BIOS com proteção de palavra-passe, HDD com proteção de palavra-passe e segurança, Kensington Slot, Firmware TPM
Teclado	Teclado português da mesma marca que o PC
Rato	Rato ótico da mesma marca que o PC
Sistema Operativo	Windows 11 Home Edition
Garantia	3 anos de garantia Pick up and Return
Manutenção	Abertura da caixa e substituição do disco ou memória sem o uso de ferramentas
Longevidade da Board	100% de uso de condensadores sólidos
Testes:	
Resistência à vibração	5-500Hz em todas as direções
Teste de choque	Resistência a choques pelo menos 150G/2.5ms
Humidade	Em operação resistir a 85% de humidade, a 40°C por 24h Parado resistir a 95% de humidade, a 60°C por 24h
Temperatura	Resistir a 50°C, ligado, por 20h Resistir a 0°C, ligado, por 20h Mudanças bruscas de temperatura de -10°C a 50°C
Resistência da embalagem	Resistir 10 vezes a quedas de 76cm em todas as direções Resistir a armazenamento com 95% humidade, a 60°C por 72h Resistir a vibrações de 5 a 200Hz por 30 minutos
Declaração EU de Conformidade	Deve apresentar declaração EU de conformidade, ANNEX I, nomeadamente, sem prejuízo de outras, o Equipamento de Rádio Diretiva – 2014/53/EU, Conceção ecológica Diretiva – 2009/125/EC e restrição do uso de determinadas substâncias

	perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos RoHS Diretiva – 2011/65/EU
EPEAT	Bronze em Portugal

Lote 10 – Monitores – Tipo II	
55 Unidades	
Modelo 24MK430H-B, ou equivalente, com as seguintes características:	
Tipo de dispositivo	24" Full HD IPS LED Monitor
Acessorios	Cabo HDMI, Manual e cabo de alimentação, Install CD
Tamanho com suporte	21.9" x 16.6" x 7.2"
Entradas	D-Sub (VGA), HDMI
Saídas	Phones
Aspect Ratio	16:9
Brightness	250(Typ), 200(min) cd/m2
Color Gamut (Typ.)	72%
Contrast Ratio (DFC)	1000:1 (Typ.)
Display Type	IPS
Pixel Pitch (mm)	0.2745x0.2745
Refresh Rate	75Hz
Resolution	1920 x 1080
Response Time	5ms (Faster)
Screen Size	23.8"
Surface Treatment	3H, Anti-Glare
Viewing Angle	178/178
DC Off (Max)	Under 0.3W
Input	100-240 Vac, 50/60 Hz
Normal On (EPA)	26 W

Normal On (factory out condition Typ.)	30W
Output	19V/1.3A
Power Save/Sleep Mode (Max)	Under 0.3W
Wall mount size (mm)	75 x 75 mm
Auto Adjustment(D-sub Only)	Yes
Automatic Standby	Yes
Black Level	Yes
Black Stabilizer®	Yes
Color Temperature	Yes
DAS Mode	Yes
DDC/CI	Yes
DFC	Yes
Flicker Safe	Yes
Gamma Control	Yes
HDCP	Yes
OnScreen Control (OSC)	Yes
OSD Lock	Yes
R/G/B Color Control	Yes
Ratio	Yes
Response Time Control	Yes
Smart Energy Saving	Yes
Detachable Base	Yes
Tilt (Angle)	-5~20°
Standard's	ErP,, FCC-B, CE, TUV-Type, UL(cUL), VCCI
Warranty	>=3 anos

Lote	Designação	Características	Quant.
11	Computador Portátil - Tipo III	Computador Portátil i5, Disco SSD de 512Gb; 16Gb RAM	3

Lote 12 – Pontos de acesso de rede sem fios (Access Point)	
3 Unidades	
Modelo AirEngine 5761-21, ou equivalente	
Tipo de dispositivo	Wireless Access Point
Número máximo de utilizadores	>= 1000
Tipo de antena	Antenas inteligentes integradas
MIMO	Spatial Streams 2,4 GHz: 2 x 2:2; 5 GHz: 4 x 4:4
Protocolos de rádio	802.11a/b/g/n/ac/ac wave 2/ax
Taxa Máxima mínima	5,375 Gbit/s
Dimensões	(Diâmetro x Altura) Ø220 x 50 mm
Entrada de energia CC	12 V ±10%
Fonte de alimentação PoE	em conformidade com 802.3af
Consumo máximo de energia	17.9W
Temperatura operacional	-10°C a +50°C
Garantia	5 anos
Licença	Licença para Controladora Huawei existente (Controladora integrada em Switch Huawei 12700)

Para este lote deverá ser fornecida Declaração do fabricante, relativa a todos os componentes preconizados neste e descritos nas especificações técnicas, atestando que os componentes são originais e que o concorrente tem capacidade técnica para instalar, operar e manter estes equipamentos.

Deverá também o fabricante declarar ter conhecimento do procedimento em apreço e que os equipamentos a fornecer serão novos, que serão fornecidos por um integrador em Portugal e que as condições de garantia e suporte serão asseguradas também pelo fabricante.

Lote 13 – Servidor Rack montável em bastidor Rack	
1 Unidade	
Modelo Thinksystem SR650, ou equivalente, com as seguintes características mínimas:	
Tipo de dispositivo	Servidor Rack
Processador	2 x processador intel® xeon® GOLD 5420+, 28core, 2.00 ghz, 205w;
Chipset	Intel C621A
Memória RAM	1TB (16 x 64gb truddr4 3200 mhz (2rx4 1.2v) rdimmm)
Proteção de memória	ECC, SDDC, ADDDC
Capacidade Memória RAM	Cada servidor deve suportar 32 DIMM; 8TB máximo com RDIMMs
Capacidade de Discos	Capacidade de colocação de 20 discos de 3.5" ou 40 Discos de 2.5";
Discos incluídos	2 x Disco rígido 240gb sata 6gbps non-hot swap ssd
Placa de rede	10GBE com 2 x portas
Placas HBA	2 X PLACA EMULEX 16GB GEN6 FC DUAL-PORT HBA
Montável em bastidor	2U
Fontes de alimentação	2 x Fontes de alimentação 1100w (230vac/115vac) platinum hot swap;
Interfaces	Frente: 1x porta USB 3.1 G1 (5 Gb/s), 1x porta USB 2.0 (também para gerenciamento local XCC), porta de diagnóstico externo; Traseira: 3 portas USB 3.1 G1 (5 Gb/s), 1 porta de vídeo VGA, 1 porta de gerenciamento de sistemas RJ-45 1 GbE para gerenciamento remoto XCC
Slots PCI	até 8x PCIe 4.0
Suporte GPU's	Até 8 Single Wide e 3 Double Wide
Gestão X-Clarity	Deverá incluir a licença para o Software de gestão Lenovo X-Clarity existente
Ventilação	ventiladores de sistema hot-swap dual-rotor com redundância N+1
Dimensões	Largura: 435 mm (17,1 in.), altura: 43 mm (1,7 dentro), profundidade: 750 mm (29,5 in.)
Peso máximo	38,8 kg

Painel frontal	Painel frontal com leds de status e portas USB e Indicação da temperatura ambiente de funcionamento
led identificador de anomalia	Cada Servidor deve possuir um led identificador de anomalia em cada slot de memória (light path diagnostics)
Deverão estar incluídos	Todos os SFP's e cabos necessários para as ligações Todos os acessórios de ligação e montagem necessários a bom funcionamento da solução.
Garantia	3 Anos 24X7X4

Transceivers e cabos de rede para ligar ao servidor

Tipo de dispositivo	
SFP Multimodo USR/SR	SFP Short Range Multimode 850nm para switch Huawei, compatível com SFP do servidor
Chicote de Fibra Ótica Monomodo	5m, LC-LC
Chicote de Fibra Ótica Multimodo	10m, LC-LC

Para este lote deverá ser fornecida Declaração do fabricante, relativa a todos os componentes preconizados neste e descritos nas especificações técnicas, atestando que os componentes são originais e que o concorrente tem capacidade técnica para instalar, operar e manter estes equipamentos.

Deverá também o fabricante declarar ter conhecimento do procedimento em apreço e que os equipamentos a fornecer serão novos, que serão fornecidos por um integrador em Portugal e que as condições de garantia e suporte serão asseguradas também pelo fabricante.

Tabela de Quantidades

Lote	Descrição	Quantidade
1	Computadores Desktop – Tipo I	2
2	Monitores – Tipo I	18
3	Computadores Desktop – Tipo II	2
4	Computador Portátil – Tipo I	1
5	Computador Portátil – Tipo II	1
6	Disco Externo	1
7	Computadores Desktop – Tipo III	1
8	Vídeoprojetores	4

9	Computadores Desktop – Tipo IV	8
10	Monitores – Tipo II	55
11	Computador Portátil – Tipo III	3
12	Ponto de Acesso de rede sem Fios (Access Point)	3
13	Servidor Rack	1
	SFP Multimodo USB/SR	12
	Chicote de Fibra Ótica Monomodo 5m	14
	Chicote de Fibra Ótica Multimodo 10m	16

Nota:

As marcas, modelos e identificação das características dos vários equipamentos são apenas indicativas da qualidade e funcionalidades pretendidas nos equipamentos, não se pretendendo restringir o acesso equitativo dos proponentes ou criar obstáculos à concorrência.

1. Todo o equipamento proposto deve ser obrigatoriamente “novo”, não sendo aceite equipamento “refeito” ou “usado”.
2. Todos os equipamentos a adquirir deverão ter um prazo de garantia de 2 anos, exceto quando nas especificações técnicas se exija um prazo diferente.
3. As propostas deverão obrigatoriamente fazer referência à marca e modelo de cada artigo a fornecer, bem como as respetivas especificações técnicas.
4. No âmbito do presente Concurso, a proposta comercial e declarações entregues pelos concorrentes devem ser redigidos em língua portuguesa, exceto os documentos técnicos ou outros documentos que se considerem importantes juntar tais como brochuras ou certificações, que podem ser entregues em inglês, identificando sempre o lote a que se referem.
5. Custos de transporte, alfandegários e entrega do equipamento são da responsabilidade do concorrente.